

## RESENHAS ACADÊMICAS: um guia rápido para escritores de primeira viagem

Gisele de Carvalho

*A crítica recensória, por sua função de recomendação, não pode eximir-se, senão em casos de excepcional vilania, de pronunciar um juízo sobre aquilo que o texto diz*  
Umberto Eco

O que é uma resenha? E uma resenha acadêmica? Se você tiver de escrever uma resenha, o que deve constar do texto? Este pequeno artigo pretende responder a estas e algumas outras acerca de resenhas, a partir de um estudo publicado em forma de tese de doutorado sobre o assunto. Mas não se assuste: o que você vai encontrar a seguir tem muito pouco do gênero tese, pois meu objetivo aqui é escrever para quem não tem intimidade com resenhas, mas precisa produzir uma.

A epígrafe escolhida para este artigo aponta para a nomeação e para a função do gênero do discurso que pretendo focalizar. Vamos começar pelos seus nomes de batismo: *resenha*, *recensão*, *resenha crítica*, *crítica recensória*. Ao buscar a etimologia das palavras isoladamente, tem-se para a primeira ‘descrição ou relato minucioso’. Já a segunda está atrelada à noção de ‘apreciação, julgamento’. Estas duas idéias se combinam nos últimos termos para marcar a natureza de um gênero do discurso que descreve e avalia um produto artístico, seja ele literário, teatral, cinematográfico, musical, televisivo ou das artes plásticas.

A palavra *resenha* perdeu seu significado meramente descritivo e é usada, hoje em dia, como sinônimo dos outros termos. No entanto, fora as pessoas que circulam nos meios onde o gênero é usado, muitas o desconhecem ou então o reconhecem pela designação de *crítica*, como são popularmente chamados os textos que circulam nos cadernos culturais de revistas e jornais.

Agora, às resenhas acadêmicas. Resenhas de livros cumprem pelo menos três papéis na academia. Podem ser lidas como o conjunto das reações à publicação de um livro, servindo assim para vários pesquisadores como registros da recepção de uma obra em determinado contexto sócio-histórico. Também podem ser utilizadas como guias para leitura e aquisição de livros recentemente publicados ou traduzidos. No atual cenário acadêmico, aqueles que desejam manter-se atualizados em seu campo de estudos precisariam dar conta de uma grande carga de leitura. No entanto, bem sabemos que esta tarefa é virtualmente impossível, não só por falta de tempo, mas também por falta de recursos para a aquisição de todas as publicações que julgássemos dignas de inspeção. Para lidar, ao mesmo tempo, com a necessidade de atualização e com a carência de tempo e meios, professores e pesquisadores recorrem a resenhas de livros, na tentativa de selecionar que leituras são realmente fundamentais dentre os lançamentos editoriais em sua área de especialização. Por fim, resenhas podem também ter uma função didática, ao serem utilizadas como um exercício de escritura que aciona várias competências, em especial as de compreensão leitora, de síntese e de avaliação crítica.

Tomemos por ponto de partida para a caracterização de resenhas acadêmicas a sua variante não-acadêmica. Estas são publicadas em revistas de grande circulação, encontram-se em seções denominadas “livros” ou “crítica” e seu texto é, em geral, acompanhado de ilustrações variadas (por exemplo, capa do livro resenhado, foto do

autor, ilustração que se refere ao assunto do livro). São assinadas de duas formas: ou através do nome completo do resenhista ou apenas por suas iniciais; algumas trazem, em texto separado, informações mínimas sobre o resenhista se ele não for um jornalista contratado para esta função no veículo. Tanto podem destinar parte isolada da página para registrar a referência completa do livro ou incluir alguns dos itens da referência no texto propriamente dito (em geral, entre parênteses, onde também costuma aparecer o preço da publicação). Têm sempre um título, que oferece pistas mais ou menos explícitas acerca do juízo emitido pelo resenhista. Quanto ao livro resenhado, freqüentemente ocupam-se de obras de ficção, destinadas ao público-alvo do veículo. O texto contém, além de avaliação, uma pequena porção narrativa que resume o enredo, caso o livro resenhado seja de ficção; se for de não-ficção, o texto da resenha centra-se em torno do tema. Também são comuns informações sobre a trajetória literária ou acadêmica do autor, sobre o acabamento do volume, além de comparações entre o livro resenhado e outros do mesmo autor ou ainda com outros que abordem o mesmo tema. A linguagem utilizada não contém termos técnicos e o texto é concluído, em geral, por frase contundente, cujo tom humorístico ou irônico reafirma o juízo de valor emitido sobre a obra.

Resenhas acadêmicas são publicadas em periódicos cujo público é predominantemente composto por leitores interessados na área do conhecimento a qual ele se filia; são produzidas tanto pelos membros mais experientes da academia, como por mestrands e doutorandos. Mas é preciso ressaltar aqui: assim como outros gêneros acadêmicos, a resenha é instância de conhecimento, crenças e valores que se querem partilhados. Assim, o jargão não é evitado, pois a publicação se destina a um público que o compreende (ou quer compreendê-lo, no caso dos novatos). Uma breve leitura dos títulos resenhados em periódicos da mesma área também pode apontar as novas tendências de estudo e pesquisa. As resenhas acadêmicas têm também as seguintes características recorrentes: são encontradas em seções denominadas 'resenhas', geralmente localizadas depois das que contêm os artigos acadêmicos, nas últimas páginas do periódico, em geral. Ilustrações são raras, mas não totalmente inexistentes. Têm necessariamente de apresentar a referência completa do livro resenhado em porção destacada do texto, sempre precedendo o texto em si; além do nome completo do resenhista (nunca só suas iniciais), também registram sua filiação institucional, complementada ou não por um mini-currículo que consta de uma nota de pé-de-página ou de fim. Seus títulos podem ou não antecipar a avaliação emitida, e esta em geral procura contrabalançar aspectos positivos e negativos da publicação. O livro objeto da resenha acadêmica tende a ser de natureza não-ficcional e apresentar tema de relevância para a área; em vista disto, parte do texto da resenha é composto por uma síntese descritiva da organização do livro ou do tema nele desenvolvido.

As resenhas de livros propostas como uma atividade escrita para alunos de graduação caracterizam-se por servir como uma iniciação a um gênero acadêmico e a uma certa comunidade discursiva. Este exercício — e a leitura atenta de resenhas, é claro —, permite que os graduandos possam reconhecer as convenções discursivas do gênero, além de, aos poucos, irem se apropriando do conhecimento compartilhado por membros da comunidade acadêmica, através de um de seus mecanismos participativos. Apesar de a resenha didática ter um leitor específico e facilmente reconhecido (o professor que a solicitou) e de ter circulação restrita (o público leitor, em geral, se resume ao professor e muito raramente aos colegas, apenas se houver alguma discussão sobre os textos produzidos), seu propósito comunicativo ainda se assemelha ao das resenhas escritas por membros mais experientes da academia: sintetizar e avaliar criticamente uma publicação — é isto o que o professor irá buscar no texto do aluno, muito embora já conheça o livro resenhado.

As resenhas acadêmicas de livros de interesse para as áreas de Teoria da Literatura e Literatura tendem a apresentar um padrão de organização retórica que pode servir de guia — mas não camisa de força — para aqueles que precisam escrevê-las. Em estudo em que analiso vinte resenhas acadêmicas, procurei identificar o que cada resenhista “fazia” em seu texto a fim de dar conta do propósito comunicativo do gênero. Assim, identifiquei três grandes movimentos retóricos e suas subdivisões internas, que reproduzo abaixo em forma esquemática:

PADRÃO RETÓRICO DE RESENHAS ACADÊMICAS
Movimento retórico 1: APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO INICIAL DO LIVRO
Sub-função 1: definindo o assunto ou tema do livro e/ou Sub-função 2: explicitando abordagem utilizada e/ou Sub-função 3: registrando seus objetivos e/ou Sub-função 4: delimitando leitores potenciais da publicação e/ou Sub-função 5: fornecendo informações sobre o autor e/ou Sub-função 6: fornecendo avaliação inicial
Movimento retórico 2: DESCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DE PARTES DO LIVRO
Sub-função 7: descrevendo a organização geral do livro e/ou Sub-função 8: especificando o assunto de cada parte e/ou Sub-função 9: avaliando partes específicas do livro
Movimento retórico 3: RECOMENDAÇÃO FINAL SOBRE O LIVRO
Sub-função 10: recomendando o livro ou Sub-função 11: recomendando o livro com restrições ou Sub-função 12: desaconselhando o livro

Quadro nº 01 – Padrão retórico de resenhas do *corpus* em Português (Carvalho, 2002)

O primeiro movimento retórico, *Apresentação e avaliação inicial do livro*, varia de extensão, podendo ter de 1 a 3 parágrafos, que são, em geral, aqueles que iniciam a comunicação com o leitor. Nesta fração do texto, o resenhista introduz o assunto do livro apreciado ou a tese lá defendida, além de mencionar outras características que contribuem para uma apresentação da nova publicação. Assim, o resenhista pode destacar o tipo do livro (se é um ensaio, um livro-texto ou uma coletânea de artigos, por exemplo), seus objetivos, o enfoque ou arcabouço teórico utilizados em análises, pode fornecer informações sobre o autor, sobre a área do conhecimento onde a publicação se insere, ou ainda sobre seu público-alvo. Este movimento também oferece ao leitor algum tipo de avaliação, seja do livro em si ou do desempenho de seu autor, sempre de ordem bem geral. Este posicionamento da avaliação na abertura da resenha parece sinalizar que o leitor espera que o texto não seja apenas uma síntese do conteúdo do livro.

Em *Descrição e avaliação de partes do livro*, o segundo movimento retórico, o resenhista fornece uma visão geral (1) da estruturação da obra, mencionando o número total de partes, capítulos ou (2) do tema ali tratado; esta visão geral é refinada através de detalhamento das idéias centrais, do conteúdo de cada parte ou de questões específicas acerca do tema. Neste movimento retórico, o resenhista também emite juízos de valor, mas que tendem a focalizar partes específicas da publicação. Nota-se, portanto, que o foco da avaliação apresenta uma variação do geral (do livro como um todo ou da capacidade/competência de seu autor, no primeiro movimento) para o particular, neste segundo movimento retórico

Em *Recomendação final sobre o livro*, a opinião do resenhista a respeito das qualidades e/ou problemas do livro é retomada. É nesta fração do texto, também a mais curta, que o resenhista registra seu “veredito”. Esta parte, em geral, coincide com o último parágrafo da resenha.

Resumindo, a fim de dar conta da descrição e avaliação de uma publicação, o que faz, retoricamente falando, um resenhista? Apresenta o livro, descreve sua estruturação em partes e o conteúdo das mesmas, sempre registrando sua avaliação, que se caracteriza por partir de comentários de natureza geral para o particular e, por fim, oferece um veredito, que se materializa em asserções acerca de qualidades ou problemas do livro, retornando ao geral.

Eis aqui um exemplo de uma resenha e seus movimentos retóricos:

#### EXEMPLO 1

“NA TRAVESSIA DOS DISCURSOS OITOCENTISTAS”

Por *Leda Maria Martins* \*

GOMES, Heloísa Toller. *As marcas da escravidão: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: UFRJ/UERJ, 1994.

#### MR1 – APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO INICIAL DO LIVRO

O mais recente livro de Heloísa Toller Gomes (*informação sobre autor*) abre-se com uma instigante epígrafe, pinçada de Guimarães Rosa: “O que lembro, tenho”. Esse lembrar, no texto de Heloísa, traduz-se pelo tecer, pois é no próprio alinhavo de sua escrita que a autora reconstrói, costura e desvela as marcas e os fios constitutivos dos discursos oitocentistas sobre o negro no Brasil e nos Estados Unidos (*assunto*), nos alertando, ainda, com Clarice Lispector, que “a história é feita de muitas histórias”.

Ancorada no rigor de sua argumentação, na potencialidade de sua análise e no vasto e profundo conhecimento do tema, Heloísa adota a voz de um narrador crítico e perspicaz (*avaliação*) que revisita um rico corpus bibliográfico na construção de um texto que informa, discute e problematiza muitos dos saberes já constituídos sobre o negro.

Consciente de que, em geral, o aparato discursivo ocidental sobre o negro tem traduzido a cor negra como uma ausência ou o sujeito negro como signo de invisibilidade, a autora, com muita propriedade (*avaliação*), evita as armadilhas (*avaliação*) das visões etnocêntricas e logocêntricas, atenta às íntimas relações entre saber e poder que se estabelecem e se reproduzem no seio da própria linguagem. Assim, seu texto pretende não apenas mapear o território discursivo sobre o negro, mas “demarcar o ponto em que as práticas discursivas se constituem, definindo as formas que assumem, as relações que estabelecem entre si, o domínio que comandam” (*assunto*). Da análise dessas formas, relações e domínios é que emerge o perfil minucioso (*avaliação*) do universo textual sobre o escravismo no Brasil e nos

Estados Unidos, desenhado em três recortes fundamentais: o discurso religioso, o político e o literário (*assunto*). A abordagem comparativa e interdisciplinar (*abordagem*) permite à autora focalizar seu objeto sob o prisma de diversas áreas do conhecimento, realçando as inter-relações, conceituais e ideológicas, que os textos mantêm entre si em seu contexto. Numa perspectiva mais ampla, o estudo ressalta as similaridades e diferenças na constituição das práticas discursivas que traduzem as sociedades do Brasil e dos Estados Unidos e as formas de relações inter-raciais que nelas se engendraram (*assunto*).

## MR2 – DESCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DE PARTES DO LIVRO

Na primeira parte do livro, a autora retoma o debate teórico-metodológico sobre o escravismo e as questões racial (*descrição da organização + especificação do assunto de cada parte*), numa revisão minuciosa do tema (*avaliação pontual*), discutindo o pensamento e as idéias básicas de vários estudiosos, dentre eles Gilberto Freire, Harris, Tannembaum, Genovese, Gorender, Abdias do Nascimento, Maria Sylvia de Carvalho Franco. Merecem também atenção, nessa parte, as análises sobre as imagens estereotípicas do negro, a construção e transformação das noções de raça e de racismo, a discriminação racial e os modos de produção discursiva sobre o negro nas sociedades focalizadas.

Na segunda parte, a autora detém-se, com perícia, (*avaliação pontual*) no exame crítico dos processos de construção ideológica que sustentam a produção dos discursos religioso e político que se fazem transmissores e veiculadores de uma visão de mundo assentada na pretensa supremacia racial do branco sobre o negro, legitimando, assim, as práticas de violência e discriminação que se reproduzem nos períodos anterior e posterior à abolição da escravatura. (*descrição da organização + especificação do assunto de cada parte*)

Como contraponto ao discurso religioso oficial, destacam-se o papel essencial das organizações religiosas negras que, nos dois países, criam formas simbólicas diferenciadas de resistência cultural e religiosa. Assim, as confrarias e os terreiros, no Brasil, e as igrejas negras nos Estados Unidos, constituem-se como espaços alternativos que reafirmam e reatualizam a herança cultural africana, em jogos ritualísticos da linguagem, expressivos e fundamentais na própria construção da identidade e da alteridade negras nas Américas.

Na esfera pública, Heloísa ressalta os modos de constituição e veiculação do discurso político sobre a escravidão e o negro, sublinhando suas asserções ideológicas, suas contradições, ambigüidades e os pressupostos doutrinários e utilitários que os movem. Dois personagens públicos, dentre outros, são destacados pela autora, como metonímia da visão de mundo e dos procedimentos que prevalecem em ambas as sociedades. Através da obra de Joaquim Nabuco, a autora desvela as contradições e ambigüidades do discurso abolicionista de parte da intelectualidade brasileira que, mesmo imbuída das idéias de superioridade racial do branco, assimila (ainda que a contragosto) a mestiçagem como traço da sociedade brasileira e condição “necessária” no processo de arianização progressiva do país. Nos Estados Unidos, Lincoln representaria a faceta mais diplomática do ideário de separação racial, motivada pela noção da ‘desigualdade circunstancial ou essencial’ entre brancos e negros, que “conferia exclusivamente à população branca — orgulhosa de sua pureza racial — o estatuto de nacionalidade’. Esse ideário separatista seria cristalizado pela doutrina “separate but equal”, tornada lei pelo congresso dos Estados Unidos em 1896.

Nesse contexto, merecem destaque as ações de líderes negros abolicionistas, Luiz Gama, André Rebouças, Ferreira de Menezes e José do Patrocínio, cuja voz faz-se ouvir em periódicos da época. Nos Estados Unidos, no debate pós-abolicionista,

realçam-se as ações e ideário dos dois pensadores negros que se contrapõem, B. T. Washington e W.E.B. Dubois.

Na última parte do livro, o foco dirige-se para o discurso literário, abordado agora através de três recortes que delineiam “o jogo de domínios, mais do que de exclusões”, que pode ser mapeado no corpus literário (*descrição da organização + especificação do assunto de cada parte*). Assim, no universo da literatura oitocentista nos dois países, o recorte proposto pela autora revela-se funcional ao abordar os textos ficcionais sem impor-lhes fronteiras rígidas, (*avaliação pontual*) respeitando a natureza móbil com que ora se aproximam e ora se distanciam da tipologia empregada.

Os textos de tese (*descrição da organização + especificação do assunto de cada parte*) adotariam “uma posição firme e explícita diante da escravidão”, na sua defesa ou na sua denúncia. Ressalta-se aí, no entanto, um funcionamento duplo e acoplado” do discurso literário, pois tanto a tese abolicionista quanto a escravista se alimentam de “outra tese subjacente, a da superioridade caucasiana”. Nesse espectro enquadram-se a obra de William J. Grayson, Wilhiam G. Simms e Thomas Dixon, nos Estados Unidos, assim como muito da ficção de Bernardo Guimarães, Aluísio de Azevedo, José de Alencar e Joaquim Nabuco, no Brasil.

Um segundo grupo de textos tematizariam, sem problematizar, as questões raciais e sociais (*descrição da organização + especificação do assunto de cada parte*). Eles asseguram, em geral, “a manutenção de padrões de comportamentos escravistas”, desenhando a ordem social escravocrata como “monolítica e inabalável”, sustentada numa “hierarquia absoluta”. Em alguns dos romances de Alencar e de Joaquim Manuel de Macedo, na ficção de Fenimore Cooper, por exemplo, os silêncios é que desvelam e revelam as tensões e conflitos que “a letra do texto tende a encobrir”.

Em um terceiro grupo, estariam os textos que nos convidam à reflexão, polemizando sobre a escravidão, a ordem escravocrata e as relações inter-raciais (*descrição da organização + especificação do assunto de cada parte*), articulando, pela ironia, um discurso que se impõe como o do paradoxo, “denunciando os equívocos da linguagem e mostrando a falta de senso subjacente dos sentidos consagrados”. O discurso literário, aí, beneficia-se da dúvida, produz a incerteza, desconstruindo, na tessitura da própria linguagem, os significados dogmáticos e absolutos, relativizando, assim, os conceitos e as convenções sociais. Nessa linhagem corrosiva, destacam-se Hawthorne, Melville e Mark Twain, nos Estados Unidos; Martins Pena e Machado de Assis, no Brasil.

### MR3 – RECOMENDAÇÃO FINAL SOBRE O LIVRO

Esse terceiro grupo de textos “têm como referência básica a construção polissêmica, responsável pelo limite impreciso e instável na pluralidade sentidos possíveis”. Podemos nos apropriar dessa formulação de Heloísa para afirmar que seu próprio texto, *As marcas da escravidão*, propõe-se ao leitor como uma construção em si mesma polissêmica que se organiza e se fundamenta num exercício fecundo de análise e interpretação dos discursos (*recomendação final*), neles recuperando uma pluralidade de sentidos possíveis; um texto que se desdobra para o leitor como um feixe de possibilidades, estimulando nossa reflexão sobre a história da escravidão, as histórias acumuladas sobre o negro, as figurações em mosaico que tecem, nas dobras da própria linguagem, as marcas das variadas falas e narrativas que têm o negro por objeto, muitas vezes à revelia do próprio negro.

E ao nos guiar nesse percurso de leitura e desleitura dos discursos oitocentistas sobre o negro, Heloísa aguça e enriquece (*recomendação final*) nossa percepção do passado e do presente, nos lembrando, sempre, que não só a história é feita de muitas histórias, mas que o reconhecimento do outro e da alteridade não prescinde, nunca, do perene exercício de releitura crítica dos códigos e convenções que

traduzem esse outro como sujeito ou como objeto, nas travessias mesmas dos saberes.

\*Doutora em Literatura Comparada pela UFMG, professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Letras da UFMG, autora de *O moderno teatro de Qorpo-Santo* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 1ª edição UFOP, 1991) e *A cena em sombras: expressões do teatro negro no Brasil e nos Estados Unidos* (São Paulo: Perspectiva, no prelo).

Através deste exemplar, percebem-se algumas características externas aos textos da resenha, mas que têm relevância para a configuração do gênero: seu título, a referência completa do livro apreciado e o nome da resenhista acompanhado de breve currículo (biodata), do qual consta sua filiação institucional no momento, publicações e cargos relevantes.

Um dos objetivos de leitores de resenhas é buscar a descrição do conteúdo de uma nova publicação e a resenhista responde a estas expectativas incluindo passagens que descrevem não só o tema da obra em linhas gerais, como também o conteúdo específico de partes e/ou capítulos. A leitura desta resenha demonstra que a descrição do tema de *As marcas da escravidão* se encontra nos três primeiros parágrafos, com diferentes graus de detalhamento. Nos dez parágrafos seguintes, o conteúdo de cada parte é esmiuçado.

O segundo objetivo dos leitores é verificar como a nova publicação está sendo avaliada. Neste texto, a resenhista recomenda a leitura do livro, atribuindo a qualidade da publicação principalmente ao trabalho da autora e ao seu desempenho profissional; notam-se, portanto, desde a abertura da resenha, indicações de avaliação positiva a respeito de sua competência e experiência. Ou seja, este texto avalia mais freqüentemente a *persona* acadêmica do autor da obra a partir de critérios relevantes para a comunidade (sua competência e experiência, por exemplo).

Retornando à epígrafe, podemos notar a ênfase que Eco imprime à expressão de juízo sobre a publicação. Em função dos objetivos deste texto, cabem aqui duas perguntas em relação à avaliação em resenhas acadêmicas: o que se avalia?; como esta avaliação é expressa?

Respondendo à primeira pergunta, podemos dizer, junto com Hyland (2000), que dois grandes quesitos são observados pelo resenhista para sobre eles emitir juízo: o conteúdo do livro e o desempenho de seu autor. Um dos critérios utilizados pelos resenhistas é verificar se o *tema* tratado tem valor para a área. Este valor tende a se traduzir de várias formas: por exemplo, o livro preenche alguma lacuna no conhecimento da área? Que relevância tem para a disciplina? Que utilidade tem para seu público-alvo? O estudo realizado é atual e/ou original? Atinge os objetivos anunciados? O resenhista também aprecia o *texto* em si e verifica se é claro, coerente, bem organizado e costurado. Vez por outra, a *edição* também merece comentários que centram-se na qualidade gráfica do volume, observada principalmente em relação ao preço de capa. Quanto ao desempenho acadêmico do autor do livro, o resenhista julga sua *reputação* (ele é reconhecido como autoridade no assunto?), sua *experiência* (mencionando a quantidade e/ou qualidade de publicações anteriores), sua *qualificação*, vista muitas vezes através dos títulos acadêmicos que possui e, por fim, seu *estilo*.

Quanto à segunda pergunta — como a avaliação é expressa em resenhas? — há pelo menos duas maneiras possíveis de respondê-la. A primeira diz respeito a um padrão discursivo observado nos textos que analisei: os resenhistas tendem a abrir seus textos com uma apreciação em geral positiva do livro como um todo, reservando as observações negativas, se existem, para o meio da resenha, ou seja, quando estão

descrevendo os detalhes da publicação. Assim, não condenam toda a publicação ou todo o trabalho de seu autor, mas apontam detalhes que mereceriam mais atenção, revisão ou ampliação. Da mesma forma, a conclusão do texto da resenha procura pôr em evidência, segundo Hyland (2000), as contribuições que o livro traz para a área ou uma recomendação para os leitores que, esta sim, pode apenas elogiar o volume ou recomendá-lo apesar das ressalvas apontadas no corpo da resenha. Esta estratégia de aprovar o todo e censurar os detalhes parece se justificar porque garante um espaço para o posicionamento crítico por parte do resenhista (é exatamente isto que se espera dele) e, ao mesmo tempo, permite que mantenha uma certa cordialidade para com o autor que, afinal de contas, enfrentou todas as dificuldades envolvidas na realização de um estudo e sua posterior publicação, principalmente se pensarmos nos contextos acadêmico e editorial no Brasil. O autor é respeitado, assim como os leitores — que tendem a se solidarizar com o autor e não gostam de se ver no meio do tiroteio — e, principalmente, o resenhista é capaz de projetar uma imagem de avaliador imparcial e justo. No caso de resenhas totalmente negativas, mais raras, é verdade, este padrão discursivo se altera substancialmente, já que o resenhista precisa não só apontar problemas desde o início de seu texto, mas também justificar com bastante firmeza, além de negociar com o leitor, a avaliação negativa. Entretanto, mesmo nestas condições, a cordialidade dá o tom e a estratégia adotada é dirigir os “ataques” à publicação mais freqüentemente que a seu autor. Aliás, este texto também poderia se chamar ‘Resenhas acadêmicas e seu potencial explosivo’....

Uma segunda maneira de responder à pergunta é olhar para os recursos lingüísticos utilizados no momento em que se avalia. Em geral, os elogios são expressos diretamente via adjetivos e sintagmas nominais que tenham apelo menos emocional e mais intelectual, mesmo quando a resenha é laudatória. Um dos informantes de minha pesquisa coloca esta questão da seguinte forma: “Dependendo da habilidade de quem escreve, ao descrever você pode estar, de alguma forma, julgando. Mas sem aquele julgamento meio que ‘bandeiroso’, de “maravilha”, “inteligente”, “fascinante”. Este tipo de adjetivação, eu acho, empobrece muito a resenha”. Uma opção de elogiar sem ser bandeiroso está na escolha dos verbos (ou combinações deles com advérbios) que indicam que o resenhista relata e aprova o trabalho realizado pelo autor, tais como o autor/sua pesquisa *comprova X, contribui para X, demonstra X, detalha X, esmiuça X, descreve minuciosamente*, etc. Já as críticas tendem a ser atenuadas por expressões do tipo *parece-me que, talvez* ou pelo uso do futuro do pretérito. Outro recurso utilizado para introduzir uma crítica se caracteriza pela inserção, depois de um elogio, de uma oração que expresse a noção de concessão (ex.: um estudo exaustivo de X, *mas/ainda que/apesar de/ que, no entanto,...*). Ao atenuar suas críticas, o resenhista imprime um tom polido e cortês ao texto, além de tentar angariar a adesão do leitor às suas opiniões, já que oferece a este maior espaço de negociação ao não fazer de suas objeções afirmações categóricas. Vejamos agora como a avaliação se processa na resenha abaixo:

Exemplo 2:

MELLO, Maria Elizabeth Chaves de. *Lições de crítica: conceitos europeus, crítica literária e literatura crítica no Brasil do século XIX*. Niterói: EdUFF, 1994. 151.p.

A partir do próprio título, *Lições de crítica*, Maria Elizabeth Chaves de Mello deixa claro para seus leitores que se propõe focalizar a crítica literária sob o prisma do caráter pedagógico que essa atividade tem assumido, quase invariavelmente, desde o seu surgimento na Europa da Modernidade.

No entanto, não se pode deixar de assinalar que tal função, em geral considerada apenas por sua faceta de *mediação*, é na verdade bastante ambígua na medida em que visa a cumprir, simultaneamente, um duplo papel. Se lhe compete traçar os contornos do território do *especialista*, delimitando a área de atuação dos indivíduos



que detêm um determinado saber, cumpre-lhe também realizar a tarefa formadora que possibilitaria aos meros *diletantes* o acesso àquele mesmo território. Em poucas palavras, a crítica, como todas as instituições características das "Luzes", se move em "duas direções": é "meio de *integração*, por um lado, [e] de *distinção*, por outro".

De maneira talvez um tanto esquemática, pode-se dizer que o livro de Maria Elizabeth Chaves de Mello se constrói em torno de duas grandes áreas de observação: de um lado, estão as idéias angulares concebidas na Europa (em especial, na França) ao longo do século XIX; de outro lado, a(s) concepção(ões) de crítica literária que domina(m) o Oitocentos brasileiro. E toda a reflexão efetuada pela autora a partir desses campos de observação fica por conta de uma cuidadosa análise da recepção dispensada àquelas idéias pela intelectualidade brasileira da época.

Relacionados a este bloco central, mas destacando-se dele pela perspectiva da diferença, estariam dois capítulos do livro: o primeiro deles, intitulado "Qual seria o lugar da crítica?", que propõe uma indagação sobre a função atribuída à crítica literária, e o último, "A Solução do bruxo", que desloca o foco de atenção para a produção ficcional (no caso, especialmente os últimos romances de Machado de Assis) que "encontra, na ficção, talvez mesmo a 'chave' da crítica..." (P.122).

Para o público universitário em geral, *Lições de crítica* se revela um precioso trabalho de referência, não somente pelo histórico que oferece das idéias que, de uma forma ou de outra, modificaram o panorama dos estudos literários durante o século XIX, mas também - e principalmente - pela apresentação concisa de corpos de doutrina como o chamado *determinismo*, de Taine, ou o *Positivismo*, de Comte, além das concepções de autores das diversas "Escolas" literárias oitocentistas que buscavam invariavelmente fazer uma espécie de "declaração de princípios" nos prefácios que deviam anteceder as suas obras.

A meu ver, contudo, é particularmente nos já referidos capítulos, que abrem e encerram o seu *Lições de crítica*, que M<sup>a</sup> Elizabeth Chaves de Mello levanta questões importantes e propõe toda uma reflexão a respeito de alguns aspectos que tendemos antes a desconsiderar em virtude de sua cristalização no conjunto de nossos "hábitos culturais". Vale citar o primeiro parágrafo do 2<sup>o</sup> Capítulo deste livro, intitulado "Conceitos e preconceitos do Velho Mundo", que me parece exemplar neste sentido:

"Estudar a crítica literária no Brasil do século XIX", escreve a autora, "é uma questão que exige reflexão e cautela. Obriga-nos a visualizar o início do despertar de nossa consciência nacional, com tudo o que isto implica em termos de idealizações, imitações de modelos, transgressões, tentativas de encontrar novos caminhos, etc." (p. 21).

Ora, esta passagem sintetiza bastante bem as duas correntes que têm dominado o pensamento brasileiro acerca de si próprio e entre as quais nos acostumamos a circular, numa espécie de eterno *pingue-pongue*. Por um lado, estão aqueles que, focalizando basicamente os dois primeiros aspectos destacados por Maria Elizabeth Chaves de Mello, acusam a ausência de todo e qualquer pensamento "original" no sistema intelectual brasileiro, que se caracterizaria, então, pela mera "importação" de idéias oriundas dos grandes centros de produção de saber. Por outro lado, enfileiram-se aqueles que se põem no pólo oposto a este primeiro e se empenham em voltar toda a sua atenção para o que haveria de "genuinamente brasileiro" nas idéias produzidas entre nós.

Ninguém ignora que esta contraposição - na verdade, uma falsa contraposição, na medida em que tanto um grupo quanto o outro estão assumindo os mesmos pressupostos de base - vem se reproduzindo desde os primeiros anos que se seguiram à Independência. E ela tem perdurado - diria mesmo, tem até se fortalecido

-, a despeito do surgimento de reflexões críticas e, portanto, potencialmente produtivas como, por exemplo, a proposta antropofágica de Oswald de Andrade.

E é exatamente este panorama de *imutabilidade* que justifica a publicação de trabalhos que, como *Lições de crítica*, vêm retomar essas questões sem se limitar a considerá-las única e exclusivamente pela perspectiva do rastreamento histórico.

Maria Helena Rouanet - UERJ

Nesta resenha, percebe-se como se dá a construção da avaliação unívoca: em todas as ocasiões em que há algum tipo de avaliação, a resenhista é sempre responsável pelos juízos emitidos, seja acerca do livro em si ou do desempenho da autora. No primeiro parágrafo, a resenhista realiza dois intentos comunicativos em apenas uma frase: aponta qual é o objetivo da publicação e avalia a decisão da autora de deixá-lo *claro* deste o título escolhido para seu livro. No segundo parágrafo, que compõe com o anterior o primeiro movimento retórico, a resenhista avalia a função da crítica como sendo *bastante ambígua*. Neste momento, em que opina sobre o objeto de estudo do livro que examina, parece estar mostrando suas credenciais de especialista na área, e sinalizando que é capaz de emitir juízo a respeito do livro em questão por entender também deste assunto. Ao apresentar “a carteirinha de membro do clube dos doutos”, procura diluir possíveis restrições a suas opiniões. Aquela avaliação não nos parece ter toda carga negativa do adjetivo *ambígua* (no seu sentido de imprecisão ou indeterminação), mas ter sido antes uma escolha lexical — não muito feliz, por assim dizer —, que objetiva designar um “duplo papel”, sintagma retomado em “duas direções”, palavras da autora, que o explica como “meio de *integração*, por um lado, [e] de *distinção*, por outro”. Interessa notar aqui que resenhista e autora se alinham e compartilham da mesma opinião acerca da função da crítica — uma faz das palavras da outra as suas. A partir do primeiro movimento retórico, o leitor pode antecipar a avaliação que se seguirá, principalmente através dos dois vestígios de avaliação positiva: a clareza dos objetivos da autora e a concordância da resenhista quanto a uma das questões discutidas no livro.

Na abertura do segundo movimento retórico a resenhista avalia sua própria descrição das linhas mestras do trabalho como sendo “talvez um tanto esquemática”, dirigindo-se diretamente a seu leitor, como a se desculpar pela síntese simplista que se segue, assim antecipando alguma restrição. No entanto, ao demonstrar estar ciente deste pequeno problema, também sugere que poderia fazer uma síntese melhor (se tivesse mais espaço, talvez?). A seguir, nomeia estas linhas e fornece ao leitor uma segunda avaliação positiva do desempenho da autora: a análise que empreende é qualificada como “cuidadosa”. Passa então a relatar o conteúdo de dois capítulos específicos, que se *destacam* do bloco central “pela perspectiva da diferença”, elogia o estudo como “um precioso trabalho de referência”, principalmente no que tange à “apresentação concisa” de concepções como Determinismo e Positivismo. A inserção de *contudo* traz a atenção do leitor de volta para os dois capítulos do livro anteriormente mencionados, para que ela possa avaliar o desempenho da autora pela terceira vez (“levanta questões importantes e propõe toda uma reflexão...”); cita uma passagem, a qual qualifica como *exemplar* e que *sintetiza bastante bem* questões que se opõem, e que passa a explicitar, para por fim qualificá-las como representando uma *falsa contraposição*; assim, mais uma vez se utiliza da estratégia de mostrar suas credenciais e estende-as ao leitor, afinal “ninguém ignora” o fato que posteriormente menciona — adesão garantida.

Este passa a ser o gancho para a idéia que desenvolve no último movimento retórico, no qual retorna à avaliação da publicação em seu todo, isto é, o livro é capaz de “retomar essas questões sem se limitar a considerá-las única e exclusivamente pela

perspectiva do rastreamento histórico”. Por esta descrição percebe-se que a resenhista é a fonte de todos os juízos expressos, até porque assume esta posição através de construções que designam explicitamente a primeira pessoa do singular: *a meu ver, me parece, diria mesmo*; até quando inclui em seu texto uma passagem do livro que aprecia, cita tanto para demonstrar o que vinha postulando, como para avaliar a passagem que citou.

Vemos que a apreciação do livro que a resenhista fornece se dá em vários níveis — do todo a pequenas partes, representadas nesta resenha pelos capítulos específicos, citações e o próprio objeto do estudo desenvolvido no livro —, principalmente lhes atribuindo valor. Quando emite juízo acerca da autora, julga sua capacidade. Ao priorizar o valor da publicação, a resenhista constrói a figura da avaliadora que se atém ao objeto; quando julga a *persona* acadêmica da autora, não o faz por meio de expressões de afeto: julga-lhe a capacidade para desempenhar a tarefa a que se propôs. Procura, portanto, se ater a estratégias e recursos de avaliação mais ‘objetivos’, o que se percebe também no raro uso de termos de intensificação, por exemplo.

Voltemos agora às resenhas com propósitos didáticos. Quem nunca escreveu uma e está prestes a fazê-lo por solicitação do professor, talvez possa se beneficiar deste pequeno roteiro:

1. É bom ler atentamente todo o entorno do texto a ser resenhado: capa, orelha, quarta capa, indicações bibliográficas e, principalmente, não pular o prefácio! Todas as informações que você encontrar podem ser úteis para que compreender melhor o texto. Se o seu ponto de partida para a entrada no livro for um mínimo de conhecimento sobre o assunto ali tratado, você vai aproveitar e saborear muito mais o que a publicação tiver para oferecer.
2. Enquanto você lê o conteúdo do livro propriamente dito, anote suas reações e impressões (gostei, não gostei, isto não me parece claro, isto tem a ver com o item tal do nosso programa de curso, já li sobre isto em outro livro, será?, concordo, não concordo, etc) e questões provocadas pela sua leitura. Tente também localizar o assunto e o objetivo da publicação, seu público-alvo, as idéias principais e os argumentos usados para defendê-las, a conclusão a que o autor chegou.
3. Leia também, se possível, resenhas já publicadas em periódicos ou suplementos literários sobre o livro que você vai resenhar, mas lembre-se que elas foram escritas para outro público, que têm uma circulação maior que a sua provavelmente terá, que foram escritas por um membro da academia ou por um jornalista cultural, ambos mais experientes que você.
4. De posse de suas anotações, é hora de começar a pensar na redação da resenha. Lembre-se que você tem de produzir uma síntese do livro e posicionar-se criticamente, o que não quer dizer que tenha de necessariamente ‘achar algo ruim’ no texto. Ao registrar suas dúvidas, estabelecer conexões com outros textos ou aulas, ou ainda levantar questões, você já está adotando uma atitude crítica. O simples fato de sentir falta de um exemplo para clarear uma questão ou conceito presentes no texto é indicação de leitura atenta, cuidadosa e crítica, principalmente se você se enquadra na descrição do público-alvo da publicação (em outras palavras, quem melhor para sugerir estes reparos?).
5. Aqui vai uma sugestão de organização de seu texto: use a descrição dos três movimentos retóricos de resenhas acadêmicas para orientar que informações você pode dar ao leitor/professor e apresentá-lo à sua leitura dos aspectos mais globais e mais pontuais da publicação. Seria interessante se você também pudesse inserir o livro em um contexto; por exemplo, como ele se relaciona com as questões que serão tratadas durante o curso para o qual foi indicado? Que

contribuições a leitura trouxe para o seu futuro como profissional da área de Letras? Além disso, não deixe de registrar sua avaliação do livro ou suas primeiras impressões logo na abertura da resenha, principalmente se você tem a intenção de retornar a elas mais tarde e mais detidamente.

6. Reescreva, reescreva e reescreva. Idealmente, peça a alguém que faça às vezes de resenhista de seu texto e aponte o que tem de bom e o que necessitaria de revisão. Não se descuide de aspectos de ordem formal: ortografia, gramática e pontuação merecem ser muito bem tratadas.

Para pôr um fim neste texto, um lembrete: alguém que ainda desconhece certas práticas e estratégias retórico-discursivas que permeiam seu contexto acadêmico-disciplinar pode vir a comprometer sua inserção na comunidade ao escolher, inadvertidamente, algumas que não correspondem às expectativas do gênero. Tornar-se um membro de uma certa comunidade discursiva significa passar por um processo de socialização complexo já que suas normas, crenças e convenções não são sempre explícitas e claras. Foi com este objetivo em mente que este texto foi escrito: servir de farol e porto para escritores de primeira viagem.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, G. *RESENHAS/REVIEWS: Um estudo contrastivo de resenhas acadêmicas escritas em Inglês e em Português*. Niterói, UFF, Instituto de Letras, 2002. 207 fls. Mimeo. Tese de Doutorado em Estudos Lingüísticos.

ECO, Umberto. *Sobre a Literatura*. Trad. de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HYLAND, K. *Disciplinary Discourses: Social Interactions in Academic Writing*. Essex: Pearson Education Limited, 2000.